

ACTA DA REUNIÃO NÚMERO 9/11 DO EXECUTIVO
REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2011

----- Aos cinco dias do mês de Maio de dois mil e onze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. ---

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE E SRS. VEREADORES -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos o Sr. Vereador Jorge de Almeida informou o Executivo de que, devido ao evoluir do estado da Ponte do Vouga, que sofreu algum agravamento num dos pilares, depois da inspecção realizada em 08 de Março de 2002, conforme foi verificado, agora, com uma nova inspecção, a mesma, por precaução, foi encerrada ao trânsito. -----

----- **ACTAS DAS DUAS ÚLTIMAS REUNIÕES** -----

----- SUA APROVAÇÃO -----

-----Continuando os trabalhos foram aprovadas as Actas das duas últimas reuniões tendo-se dispensado a sua leitura, uma vez que foram disponibilizadas aos Srs. Membros do Executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião. ----

----- O Sr. Vereador Brito Salvador absteve-se da votação da Acta da reunião nº 8 e a Srª Vereadora Elsa Corga da Extraordinária nº 2, por não terem estado presentes nas reuniões a que as mesmas dizem respeito. -----

----- A propósito da Acta da reunião nº 8, o Sr. Vereador Manuel Marques fez a seguinte intervenção: -----

----- “Atendendo ao teor do parecer elaborado pela Exma Jurista, no ponto nº 8 – Declaração de nulidade do Alvará nº 3/87 da Agenda da reunião ordinária de 21/04/2011. -----

----- É a nosso ver inequívoco que a deliberação assumida não pode ser o que consta na Acta. -----

----- Nesse sentido a minha votação e de acordo com o parecer da Exma. Sr.^a Jurista, não poder ser emitida declaração nos termos propostos”. -----

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte *infra* referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**-----

----- **CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** -----

-----No prosseguimento dos trabalhos a Câmara analisou a proposta que foi presente e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, conceder parecer genérico favorável à celebração de Contratos de Prestação de Serviços, estando os mesmos devidamente instruídos e com cabimentação orçamental, desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte e o trabalho a executar se enquadre numa das seguintes situações: -----

----- a) Acções de formação que não ultrapassem 132 horas -----

----- b) Prestação de serviço cuja execução se conclua no prazo de 30 dias/1 mês, a contar da notificação da adjudicação (proposta 292/11). -----

----- Os Srs. Vereadores que votaram contra apresentaram a seguinte declaração de voto: “Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, consideram que o facto de não ter ainda sido publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, e como tal, encontra-se por definir legalmente toda a contratação abrangida por aquele diploma. -----

----- Razão pela qual votam contra que o Executivo Municipal delibere conceder parecer favorável à celebração de contratos de prestação de serviços devidamente instruídos e com cabimentação orçamental, desde que não seja ultrapassado o montante anual de €5.000 euros (sem IVA) nos termos constantes da proposta sujeita a aprovação”. -----

----- O Senhor Presidente, referiu a este propósito que, considerando o baixo valor do limite definido para o parecer genérico e o que tem sido prática corrente dos municípios, na sequência dos pareceres emitidos pela DGAL e pela ANMP, a aprovação da proposta é legítima e imprescindível para o bom funcionamento dos serviços, pois a submissão de todas as aquisições a parecer prévio do Executivo torna inoportuno o trabalho na autarquia. -----

----- **ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO**-----

----- **INFORMAÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "ZV"** -----

----- A seguir foi presente um Auto de Noticia por Contra Ordenação, passado pela GNR ao estabelecimento de Snack-Bar “ZV”, sito em Pedações, Freguesia de Lamas do Vouga, por estar a funcionar, no passado dia 4 de Abril com música ao vivo, perturbando o descanso dos vizinhos e sem que tivesse obtido a necessária licença especial de ruído. -----

----- Analisado todo o processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, face às queixas dos vizinhos relativamente ao barulho efectuado no estabelecimento, reduzir o horário de funcionamento do estabelecimento em causa, para o horário estabelecido no respectivo Regulamento (proposta nº 302/11). -----

----- PEDIDO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes horários de funcionamento, para os estabelecimentos que se discriminam: -----

----- Estabelecimento denominado Comsorriso, sito no Raso de Alagôa, para funcionar de Segunda a Domingo, entre as 10:00H e as 20:00H (proposta 309/11); -----

----- Estabelecimento de Café Snack-Bar denominado “O Paragem”, sito na Guistola, Freguesia de Agadão, para funcionar de Terça a Domingo, entre as 08:00H e as 02:00H (proposta 310/11). -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- REVISÃO DE PREÇOS -----

----- Seguidamente, depois de analisado cada um dos processos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as seguintes revisão de preços: -----

-----Provisória nº 9 da empreitada de Requalificação Urbana da Margem Norte do Rio Águeda, entre a Praça da República e as Instalações do Instituto do Vinho e da Vinha (proposta 303/11). -----

-----Provisória nº 5 da Construção do Centro Educativo de Macinhata do Vouga (proposta 304/11); -----

-----Provisória nº 1 da Remodelação e Ampliação do Centro Escolar de Recardães (proposta 305/11); -----

----- Provisória nº 12 da Requalificação da EB 1,2,3 Fernando Caldeira (proposta 306/11). -----

----- RECEPÇÕES DEFINITIVAS -----

----- Tendo sido vistoriada a totalidade das obras e verificando-se que as mesmas se encontram concluídas e na devida ordem, nenhuma observação havendo a fazer, não apresentando deficiências, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se devam responsabilizar as firmas adjudicatárias, a Câmara deliberou, por unanimidade,

receber definitivamente as obras a seguir mencionadas e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia e quantias retidas como caução e diligenciar a extinção de outras cauções eventualmente existentes: -----

----- Repavimentação da Estrada entre Oronhe e Casal d'Álvaro, Freguesia de Espinhel (proposta 307/11); -----

----- Alargamento e Pavimentação do Caminho desde a ROPAL até à Estrada da Póvoa do Poço (proposta 308/11); -----

----- Alargamento e Alcatroamento da Travessa da Cerâmica, Freguesia de Recardães (proposta nº 314/11); -----

----- Reposição de Pavimento do Alteiralto – Chafariz – Casais – Entrada do Intermarché, Freguesia de Borralha (proposta 315/11). -----

----- APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS ADMITIDAS E DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE 2011/04/11. -----

----- Continuando a reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Presidente que aprovou as propostas admitidas e a adjudicação da Remodelação e Ampliação do Centro Educativo da Borralha, à firma Construções Irmãos Peres, S.A., pela importância de 694.988,51€ (proposta 318/11). -----

----- RESPOSTA ÀS LISTAS DE ERROS E OMISSÕES - RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE DE 2011/05/02 -----

----- Prossequindo os trabalhos a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os seguintes despachos do Sr. Presidente: -----

----- Que aprovou, relativamente à obra de Pavimentação e Repavimentação de Vias do Concelho – 3ª fase, as respostas aos Erros e Omissões (Acta nº 4), aprovou os aditamentos propostos (peças desenhadas e escritas), as novas peças desenhadas, a alteração do preço base de 243.750,00 € para 246.500,00 €, adicionado do IVA, bem como a prorrogação do prazo para entrega das propostas por mais 15 dias contados da data do envio do anúncio de prorrogação para a II Série do Diário da República (proposta 319/11). -----

----- Que aprovou, relativamente à obra de Loteamento Municipal do Casarão, as respostas aos Erros e Omissões (Acta nº 4), aprovou os aditamentos propostos (peças desenhadas e escritas), as novas peças desenhadas, a alteração do preço base de 4.712.660,00 € para 4.799.738,75 €, adicionado do IVA, bem como a prorrogação do prazo para entrega das propostas por mais 21 dias contados da data do envio do anúncio de prorrogação para a II Série do Diário da República (proposta 320/11). -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- ISENÇÃO DE TAXAS - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE AGUADA DE CIMA. -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador João Clemente de 21/04/2011, que isentou a Fábrica da Igreja Paroquial de Aguada de Cima do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento especial de ruído da festa e do lançamento dos foguetes nos festejos das Almas Santas da Areosa (proposta 313/11). -----

----- ISENÇÃO DE TAXAS DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, SOLICITADO PELO GICA PARA CAMPEONATO NACIONAL DE MOTOCROSS. -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o Ginásio Clube de Águeda, do pagamento de taxas referentes ao licenciamento especial de ruído da prova do Campeonato Nacional de Motocrosse que terá lugar no próximo dia 08 no Crossodromo do Casarão (proposta 316/11). -----

----- **MERCADO MUNICIPAL** -----

----- PERDÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE OCUPAÇÃO -----

----- Presente, a seguir, um requerimento através do qual António Garcias, vendedor nos módulos nºs 530, 531 e 532 do Mercado Municipal, solicita lhe seja perdoado o pagamento da taxa de ocupação do terrado, atendendo a que durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, por motivos graves de falta de saúde de um filho, não pôde frequentar o Mercado Municipal. -----

----- Analisado todo o processo e atendendo aos motivos invocados, a Câmara deliberou, por unanimidade perdoar a importância em dívida no total de 278,10 € (proposta 312/11). -----

----- **PARCÓMETROS** -----

----- ALTERAÇÃO DOS ENCARGOS E DOS DIVIDENDOS DAS RECEITAS -----

----- Analisada a proposta que foi presente, a Câmara deliberou, por unanimidade, depois de acordo efectuado com a Resopre – firma adjudicatária do fornecimento, instalação e exploração de parcómetros no Concelho de Águeda, alterar a repartição de encargos e receitas daquele equipamento, passando a vigorar o seguinte: -----

----- A Câmara Municipal de Águeda assume o contrato da fiscalização dos 19 parcómetros instalados na cidade, o que passa pela alteração do seu software, instalando um sistema de comunicação GPRS, que possibilite ter um conhecimento, em tempo real, de toda a informação do Parcómetro (taxa de utilização, avarias, quebra do rolo de papel etc.). Paralelamente, será efectuada uma fiscalização nas

áreas de estacionamento, sinalizando as situações de incumprimento e emitindo um aviso. -----

----- Como contrapartida da tarefa que a Câmara Municipal vai desempenhar, a repartição da receita passará a ser a seguinte: -----

----- Câmara Municipal, 60%; -----

----- Resopre, 40% (proposta 317/11). -----

----- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

----- Nesta parte da reunião, interveio o munícipe Sr. António Breda que expôs ao Executivo as dificuldades que tem tido com a REFER que pretende expropriar, por utilidade pública, um terreno de que é comproprietário com o seu irmão, Manuel Augusto, em Ninho D'Águia, na Freguesia de Águeda. Informou, também, o referido munícipe, que tem tido o apoio do técnico municipal Dr. Pedro para se encontrar a melhor solução para todas as partes mas que, até agora, não tem havido correspondência por parte da REFER. -----

----- Ouvido o munícipe, o Sr. Presidente informou que se vai inteirar, junto do Técnico Municipal Pedro Alves, da situação do processo e oficialiar a REFER no sentido de se clarificar a questão. -----

----- Eram onze horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Ana Cristina Martins Tomás, directora do departamento administrativo e financeiro em regime de substituição, que a elaborei, e pelo Sr. Presidente. -----

